

Educação em Serviço para o Professor de CA a 4ª Série do Município do Rio de Janeiro: Realidade e Expectativas dos Participantes

Pesquisadora: Ruth da Cunha Pereira Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Fonte Financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

O distanciamento entre a formação proporcionada aos professores (tanto em nível de 2º grau como em curso de nível superior) e as reais exigências do ensino fundamental vem aumentando ao longo dos anos, "podendo-se afirmar que, se não é a única causa, situa-se entre as maiores responsáveis pela baixa qualidade do ensino oferecido" (Brasil, CFE, 1987, p.7). Aliás, como afirma Arroyo (1985), o despreparo do professor tem feito parte de uma política mais

global de negação do saber às camadas populares, ainda que "a desqualificação do mestre seja apenas um dos aspectos de desqualificação da própria escola" (p.7). Assim, quando se deseja lutar pelo direito de todos os cidadãos de ter acesso ao acervo da cultura e de avançar no processo construtivo de conhecimentos, não se pode esquecer a necessidade de serem garantidos os recursos para a educação contínua de professores, a serviço desse direito.

Ao se pensar, no entanto, na educação em serviço para professores, não se pode deixar de levar em consideração, atualmente, que a década de 80 se caracterizou por um momento de transição política do País, por tentativas dos setores progressistas da sociedade de consolidar conquistas democráticas, em decorrência do processo de redemocratização que se estabeleceu no Brasil. Na verdade, esse processo já se iniciara desde os primeiros anos da década, com as eleições diretas dos governadores dos Estados, em 1982.

Saindo do jugo do autoritarismo vigente desde 1964, ocor-

reu uma mudança político-partidária efetiva no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e, em decorrência, no município do Rio de Janeiro, que teve seu prefeito e secretária municipal de educação nomeados pelo governador eleito. O novo governo propôs a implementação de uma nova política de educação no sentido da democratização na escola pública, compreendida como ampliação das oportunidades educacionais, da difusão dos conhecimentos e de sua reelaboração crítica, do aprimoramento da prática educativa escolar, com a consequente elevação cultural e científica das camadas populares e sua possível inserção num projeto de mudança de sociedade.

Dentro dessa perspectiva, uma das primeiras iniciativas governamentais foi a constituição de uma Comissão Coordenadora de Educação e Cultura, formada pelo vice-governador e pelas secretárias estadual e municipal de educação do Rio de Janeiro, a qual promoveu um grande encontro de professores em 1983, para aprofundamento da discussão sobre o fracasso da escola pública, bem como o levantamento

de necessidades e prioridades, havendo uma vasta consulta a todo o professorado, com o objetivo de trazer à luz as causas reais dos problemas mais agudos da sistemática tradicional de ensino (Ribeiro, 1986) e o desenvolvimento efetivo de um projeto político-pedagógico na rede municipal.

Com base nesse encontro, algumas metas foram definidas para os anos subseqüentes, entre as quais a de "dar ao professorado, através de cursos de reciclagem, a ajuda que se requer para o pleno cumprimento de suas funções" (Ribeiro, 1986, p.35).

A Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (1987) previa em 1982, em seu Regimento Interno, o aperfeiçoamento em serviço para o professor, tendo criado um órgão em sua estrutura — a Divisão de Capacitação Profissional — com a atribuição de propor e coordenar o planejamento e a execução de atividades inerentes ao processo de aperfeiçoamento e atualização dos profissionais de educação.

Chegava-se, entretanto, na década de 90 sem se ter evidências

de que esses programas de educação em serviço para o professor, desenvolvidos pela Secretaria Municipal da Educação (SME/RJ), estivessem realmente atendendo às expectativas dos professores de 1º grau da rede pública do município do Rio de Janeiro quanto a sua preparação profissional contínua.

Surgiu, portanto, a necessidade de um estudo com o objetivo de avaliar os programas de educação e serviço para professores de Classe de Alfabetização (CA) a 4ª série do 1º grau da rede pública do município do Rio de Janeiro, desenvolvidos pela SME/RJ no período de 1983 a 1988.

Para o alcance desse objetivo, houve: 1) levantamento dos programas de educação em serviço para o professor, naquele período, arquivados na Divisão de Capacitação Profissional da SME/RJ; 2) análise crítica dos objetivos, dos conteúdos, dos procedimentos e da avaliação desses programas; 3) construção de dois instrumentos: um questionário para professores de CA a 4ª série do 1º grau e um roteiro de entrevista para aplicação a profissionais que ocuparam, de

1983 a 1988, posição de liderança no desenvolvimento desses programas de capacitação docente.

Certamente que, nesse período, no momento em que a SME/RJ cogitava da implantação de uma política que garantisse o pleno atendimento a contingentes populacionais cada vez maiores e diversificados, que procuram as escolas públicas de 1º grau, exigindo do educador competências técnicas para criar novas formas de trabalho pedagógico, isto é, ações concretas através das quais se efetue a mediação entre o saber escolar e as condições de vida e de trabalho dos alunos, evidenciava-se um quadro crítico de grande magnitude no que se refere à necessidade de aperfeiçoamento em serviço para o professor e que estava a exigir soluções urgentes.

Esta avaliação, portanto, pode fornecer informações para o processo de tomada de decisões no campo da educação contínua do professor, representando um papel de força transformadora do *status quo*.

O estudo envolveu 360 professores de CA a 4ª série do 1º grau, em exercício em 1988, de 24

escolas da SME/RJ. Registrou-se um retorno de mais de 80% dos questionários (302) respondidos. Para as entrevistas, foi selecionada uma amostra intencional composta de 25 profissionais ligados à liderança dos programas.

Os dados coletados foram organizados nas quatro categorias definidas por Joyce, Howey e Yarger (1976): nível decisório, processo de educação em serviço, fatores facilitadores da participação dos professores e modalidades de educação em serviço. Realizou-se, ainda, uma comparação entre a percepção dos professores e a dos profissionais que atuavam no aperfeiçoamento do magistério, a respeito desses programas de educação em serviço para docentes de CA a 4ª série do 1º grau.

Os resultados da avaliação indicaram que a organização da SME/RJ, no período de 1983 a 1988, não favoreceu a educação em serviço para professores de CA a 4ª série do 1º grau. Embora as práticas de educação em serviço dos programas elaborados pela SME/RJ visassem à melhoria do desempenho profissional do magistério, procu-

rando aperfeiçoar sua qualificação pelo suprimento de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades que possibilitassem a implementação de inovações curriculares e mudanças no comportamento dos professores que poderiam ajudar a realização de um projeto político-pedagógico na escola, verificou-se que essas práticas não foram frequentemente efetivadas e que não houve coerência entre essas práticas e as desejadas pelos professores (Pereira, 1990).

Como pontos críticos desses programas foram observados: 1) falta de consulta aos professores sobre suas necessidades, bem como a impossibilidade de eles modificarem um curso em desenvolvimento para atender a seus interesses; 2) falta de continuidade dos programas; 3) falta de medidas para avaliar como a capacitação docente afetou a aprendizagem dos alunos; 4) falta de benefício salarial para o professor como resultado de seu crescimento profissional; 5) falta de locais específicos para atividades de educação em serviço; 6) falta de oportunidade de participação em atividades conduzidas por organi-

zações profissionais; 7) não realização freqüente de oficinas; 8) falta de consultoria bem como de coordenação e supervisão técnicas que apoiassem o professor no decorrer de sua ação docente (Pereira, 1990).

Assim sendo, verifica-se que muito há, ainda, a ser feito, no que se refere à educação em serviço para o professor e que, ao se fazer qualquer recomendação neste sentido, é preciso acreditar na possibilidade de sua realização num futuro próximo, pois, como diz Gramsci (1987), "a possibilidade não é a realidade, mas é também ela uma realidade: que o homem possa ou não fazer determinada coisa. Isto tem importância na valorização daquilo que realmente se faz. Possibilidade quer dizer liberdade" (p.7).

Pôde-se concluir que a educação em serviço deve ser descentralizada, a fim de melhor atender aos interesses e às necessidades dos professores, e que, para oferecer-lhes a possibilidade de maior diversidade de atividades em iniciativas de educação em serviço, devem ser criados Núcleos de Estudos Pedagógicos, locais apro-

priamente destinados ao desenvolvimento da educação contínua do magistério.

Esses Núcleos de Estudos Pedagógicos poderiam ser instalados em, pelo menos, uma escola, de cada Coordenadoria Regional de Ensino da SME/RJ, e em universidades ou instituições de ensino superior isoladas, favorecendo a construção de um sistema de educação em serviço para o professor. Constituir-se-iam, portanto, em espaços pedagógicos onde os professores: 1) pudessem interagir com seus colegas na busca de seu aperfeiçoamento contínuo, de acordo com suas necessidades; 2) pudessem participar de seminários, cursos, oficinas e outras atividades de seu interesse; 3) encontrassem, com facilidade, materiais para estudos e consulta, bem como uma biblioteca que pudesse ser por eles utilizada, facilitando seu acesso a publicações recentes sobre educação.

A esses núcleos deve competir a elaboração, a dinamização e a avaliação de programas de educação em serviço, numa ação conjunta com os docentes, enfatizando sua responsabilidade no seu

próprio desenvolvimento pessoal e profissional. Ainda que eles pudessem ser mantidos pelas autoridades educacionais, é importante que haja o envolvimento do professorado em todas as etapas de funcionamento dos programas.

Os Núcleos de Estudos Pedagógicos, sendo vistos como espaços pedagógicos exclusivamente dedicados às atividades de educação em serviço para o professor, poderão possibilitar uma ação direta e integrada da SME/RJ, das universidades e das instituições de ensino superior isoladas, através de convênios com as escolas e seus profissionais, para o aperfeiçoamento contínuo do magistério.

Referências bibliográficas

ARROYO, Miguel G. Quem deforma o profissional do ensino? *Revista de Educação AEC*, Brasília, n.58, p.7-15, 1985.

BRASIL. Conselho Federal de Educação (CFE), Parecer nº 233. *Documenta*, Brasília, 315, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

PEREIRA Ruth da Cunha. *Educação em serviço para o professor de CA a 4ª série do Município do Rio de Janeiro: realidade e expectativas de participantes*.

Rio de Janeiro, 1990. Tese (Doutorado) — UFRJ.

RIBEIRO, Darcy. *O livro dos CLEPs*. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. *Regimento interno*. Rio de Janeiro, 1987.